



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

PORTARIA Nº. 071, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Outorga a PANTANAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES LTDA., o direito de uso dos Recursos Hídricos para diluição de efluentes no córrego Mutum.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições constitucionais previstas no Art.71, inciso IV, da Constituição do Estado de Mato Grosso, e legais, que lhe confere a Lei Complementar 214, de 23 de junho de 2005, que cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT) e,

Considerando os Termos da Lei Estadual 6.945, de 05 de novembro de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO nº 29, 05 de outubro de 2009, que estabelece critérios para emissão de outorga para diluição de efluentes em rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa n.º11, de 03 de setembro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de águas de domínio do Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar a PANTANAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES LTDA., CNPJ nº 09.053.625/0002-77, processo nº 711898/2011, doravante denominada Outorgada, o direito de uso dos recursos hídricos no córrego Mutum, UPG P-2 Alto Paraguai Médio, Bacia Hidrográfica do Paraguai, com a finalidade de diluição de efluentes para atividade de indústria de abate de bovino (200 bovinos/dia) e abate de suínos (200 suínos/dia), no município de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I - Coordenada geográfica do ponto de lançamento de efluentes: 14° 34' 59,00" de latitude Sul e 57° 30' 43,73" de longitude Oeste, DATUM SAD69; vazão máxima de lançamento de 14,16 m³/h (0,00393 m³/s ou 3,93 l/s), conforme tabela do Anexo I, e concentração máxima de Matéria Orgânica DBO_{5,20°} de 72,0 mg/l, carga máxima de 24,47 Kg DBO/dia, e vazão de diluição de 0,0658 m³/s.

§ 1º A outorgada deverá instalar e manter em funcionamento equipamento de medição contínua para monitoramento da vazão de efluentes tratados lançado no corpo hídrico receptor. O prazo para instalação do equipamento é de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data de publicação desta Portaria de Outorga.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

§ 2º A outorgada deverá realizar, no mínimo, o Monitoramento da Qualidade da Água do corpo hídrico (montante e jusante) e do efluente final. Parâmetros a serem analisados: Fósforo Total, Nitrogênio Total, Sólidos Totais, Sólidos em Suspensão, pH, Temperatura da Água, DBO_{5,20°C}, DQO, Turbidez, Oxigênio Dissolvido, Óleos e Graxas e Coliformes Termotolerantes. Os Relatórios das análises deverão ser encaminhados para a Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos semestralmente até o prazo de validade desta outorga e as análises deverão ser realizadas por laboratório terceirizado e com cadastro no órgão ambiental.

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 03 de fevereiro de 2018, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;
- II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III - incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007;
- IV - indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;
- II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 4º O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Art. 6º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término de sua validade.

Art. 7º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05/11/1997.

Art. 8º A Outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 10 de fevereiro de 2012.

**REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRA-SE.**

Vicente Falcão de Arruda Filho
Secretário de Estado do Meio Ambiente
SEMA/MT
(original assinada)

****Publicada no D.O.E. do dia 15/02/2012.***



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO I

Ponto de Diluição – córrego Mutum – DATUM SAD69 – W: 57:30:43,73 – S: 14:34:59,0

Mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Tempo (h/dia)	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24
Período (dias/mês)	27	24	27	26	27	26	27	27	26	27	26	27
Carga Máxima de DBO (Kg/dia)	24,47	24,47	24,47	24,47	24,47	24,47	24,47	24,47	24,47	24,47	24,47	24,47
Vazão de diluição da DBO (m³/s)	0,0658	0,0658	0,0658	0,0658	0,0658	0,0658	0,0658	0,0658	0,0658	0,0658	0,0658	0,0658